



AUSTERIDADE SELETIVA E DESIGUALDADE*

SELECTIVE AUSTERITY AND INEQUALITY

Ricardo Lodi Ribeiro**

RESUMO: As políticas de austeridade são adotadas com a finalidade de restaurar a competitividade da economia, através de corte de gastos e dívida pública. Apesar da sustentação racional da ideia, não se pode concordar com o corte injusto e insustentável que só atinge aos mais pobres. Nesse sentido se manifesta o caráter seletivo da austeridade. O presente artigo pretende desvendar o mito de que a austeridade recupera a economia, demonstrando como, na verdade, ela contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Austeridade; Gasto público; Desigualdade.

ABSTRACT: The austerity policies are adopted with the purpose of recover the economic competitiveness by cutting public expenses and debt. Despite the rational support of the idea, one can not agree with the unfair and unsustainable expenses cut which only affects the poorest. Therefore, the austerity's selective character is manifested. This paper intends to uncover the myth that austerity recovers the economy by showing how it in fact contributes to the deepening of social inequalities.

Keywords: Austerity; Public expenses; Inequality.

As políticas de austeridade se traduzem em uma opção pela contração voluntária que ajusta a economia por meio da redução de salários, preços e gastos públicos, a fim de restaurar a competitividade, que é, supostamente, em uma visão mais ortodoxa, mais facilmente alcançada pelo corte de orçamento, das dívidas e do déficit do Estado. Sua efetivação, de acordo com seus defensores, irá inspirar *confiança empresarial*, já que o governo não poderá atrair investimentos sugando todo o capital privado disponível por meio do endividamento público e nem aumentar a dívida, que quase sempre já se encontra em patamar muito elevado.¹

Ilustrativa de tal pensamento, é a posição de John Cochrane², que sustenta que cada dólar gasto pelo governo deve corresponder a um dólar a menos a ser gasto pelo setor privado. De acordo com esse ponto de vista, os empregos criados pelo estímulo estatal são compensados pela

¹ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*. New York: Oxford University Press, 2013, p. 20.

² COCHRANE, John. “Fiscal Stimulus, Fiscal Inflation, or Fiscal Fallacies?” Version 2.5, 2009, in: <http://faculty.chicagobooth.edu/john.cochrane/research/Papers/fiscal2.htm>. Acesso em 01/11/2016.

*Artigo de autor convidado submetido em 07 jan. 2019. Publicado em 30 jan. 2019.

** Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil / ricardo.lodi@uol.com.br

perda de empregos no setor privado.

Argumentam os defensores da austeridade que, independentemente de sua origem ou destino, a dívida acaba no balanço de passivos estatais, devendo ser reduzida a fim de que não seja prejudicado o crescimento. Embora o raciocínio pareça plausível, e não se possa ser contrário à ideia de controle racional do gasto público, por outro lado, não se deve concordar com o corte injusto e insustentável que só atinge aos mais pobres. Como diz Mark Blyth,³ devemos ser a favor de que todos apertem os seus cintos, desde que todos estejam vestindo as mesmas calças.

A crítica que os monetaristas fazem aos economistas keynesianos quando estes defendem as políticas anticíclicas de aumentar o gasto público como medida de combate à recessão é, em certa medida, baseada na *Ley de Say*⁴, segundo a qual, o gasto público não cria uma nova demanda, uma vez que apenas transfere o dinheiro de um grupo para outro, já que o governo não gera riqueza, mas a obtém de empréstimos ou tributos. Na verdade, de acordo com essa visão, não é possível haver falta de demanda total que prejudique a economia e justifique o gasto público, pois se os consumidores endividados resolvem evitar realizar determinadas despesas, esse dinheiro ficará com os bancos que emprestarão para outros consumidores.

Esse pensamento pode ser sintetizado na seguinte passagem da obra de Milton Friedman⁵:

Observe que o endividamento do governo para gastar não altera a quantidade de moeda em mãos privadas. O governo, com a mão direita, toma empréstimos de US\$ 100 de alguns indivíduos e, com a mão esquerda, repassa o dinheiro para outros, com que se efetuam as despesas. O dinheiro transita entre diferentes pessoas, mas a quantidade total do dinheiro se mantém inalterada.

Porém, como destaca Paul Krugman⁶, em momentos em que os investimentos privados estão deprimidos, o gasto público acaba por movimentar a economia, uma vez que se converteram em receitas dos seus destinatários, que vão custear despesas com esses recursos. Estas, por sua vez vão gerar novas receitas para terceiros, pelo fato de “*suas despesas serem as minhas receitas e de minhas despesas serem as suas receitas*”. De acordo com o citado vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2008, a Ley de Say deve ser refutada por três razões: (i) a existência de um nível inadequado demanda total é, de fato, uma possibilidade real; (ii) as economias realmente podem ficar deprimidas em decorrência de falhas de coordenação, em vez de falta de capacidade de produção (problema de dínamo do motor da economia); (iii) aumentar a oferta de moeda é o modo

³ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 23: “*Personally, I am all in favor of “everyone tightening their belts”—as long as we are all wearing the same pants*”.

⁴ O nome se refere ao seu criador, o economista francês Jean-Baptiste Say, que, no Século XIX, defendia que a existência prévia de oferta gerava o surgimento de uma demanda.

⁵ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2014, p. 86.

⁶ KRUGMAN, Paul. *Um basta à Depressão Econômica – Propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 24-28.

de sair da recessão.

O mito de que a austeridade recupera a economia e de que a presença do Estado a deprime se baseia na crença de que os empresários, constatando que as contas do governo estão saudáveis ficariam mais confiantes para investir. O que é paradoxal é que a confiança não é despertada pelo investimento estatal, que, decerto geraria mais oportunidade de negócios e de crescimento econômico, apontando a austeridade em sentido oposto.⁷ Para Paul Krugman⁸, com base na lição de Michal Kalecki, a intervenção do Estado na criação de empregos é vista com relutância pelo mercado, uma vez que, quando inexistente a atuação estatal, o nível de empregos depende, em grande parte, do chamado *estado de confiança do mercado*. Se esse se deteriora, os investimentos privados declinam, resultando em queda da atividade econômica e do emprego, conferindo aos investidores um poderoso controle indireto sobre as políticas públicas. Assim, de acordo com essa lógica, tudo o que puder abalar o estado de confiança deve ser evitado a fim de afastar o risco de crise econômica. Porém, se o governo aumenta o emprego por meio dos seus gastos, esse potente dispositivo de controle perde a eficácia. Por isso, os déficits orçamentários necessários para executar intervenções governamentais devem ser considerados perigosos: “*A função social da doutrina da ‘finança saudável’ é fazer o nível de emprego depender do estado de confiança.*” Tais sentimentos geram um ambiente de *keynesfobia*, na expressão de Krugman, para quem, “*a influência da riqueza não teria ido tão longe se não tivesse sido reforçada por uma espécie de sociologia acadêmica galopante por meio da qual noções absurdas se converteram em dogma na análise das finanças e da macroeconomia.*”

Um outro mito, que deriva do primeiro, relativo à confiança dos investidores, é o de que o orçamento do Estado é como um orçamento familiar, a partir da crença de que cada família, mais cedo ou mais tarde, tem que viver dentro das suas possibilidades financeiras. Na verdade, a comparação é incabível pois o aumento das despesas estatais pode estimular o aumento da produção, criando novos empregos que serão ocupados por pessoas que estariam desempregadas, o que acaba por estimular o crescimento econômico em um múltiplo da despesa estatal, e o aumento da arrecadação tributária que propiciará a redução da dívida pública. Na esfera familiar, ao contrário, o aumento de despesas não tem o condão de transformar a macroeconomia, mas apenas elevar o endividamento.⁹

Em uma economia deprimida, os recursos oriundos dos déficits orçamentários não competem com os fundos do setor privado e, portanto, não levam a taxa de juros às alturas. Na verdade, o governo passa a oferecer um destino para o excesso de dinheiro do setor privado que irá

⁷ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*. Trad. Dinis Pires. Lisboa: Bertrand, 2014, p. 315.

⁸ KRUGMAN, Paul. *Um basta à Depressão Econômica – Propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial*, p. 84-88.

⁹ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 316.

emprestá-lo ao Estado. Assim, sem esses déficits públicos, a conduta do setor privado de gastar menos do que ganha provocaria profunda recessão. Com os déficits, esses recursos, que são emprestados ao Governo, são por estes empregados para movimentar a economia.¹⁰

Por outro lado, aqueles que estão na parte inferior da distribuição de renda e riqueza necessitam das prestações estatais, por meio de serviços públicos e transferências, tornando possível a manutenção de uma classe média a partir das políticas redistributivas do Estado. Embora aqueles que se encontram na parte de cima da pirâmide social sejam menos dependentes de tais atividades estatais, também acabam por sentir o impacto da austeridade em razão da redução do crescimento econômico.

Quando os serviços públicos são cortados por causa do discurso dos *gastos perdulários*, que embala a adoção da política de austeridade seletiva, não serão as pessoas no topo da distribuição de renda que deverão apertar os cintos, mas sim aqueles que se encontram na parte inferior, quase sempre recebedores de salários sem aumento real há muito tempo. Estes são os cidadãos que dependem de serviços públicos e que vêm tomando uma enorme quantidade de dívida. É por isso que a austeridade é antes de tudo um problema político de distribuição e não um problema econômico da contabilidade.¹¹

Nesse cenário de restrições das despesas públicas, como alerta Bauman¹², “há um fabuloso crescimento econômico das fortunas da parcela de 1% dos mais ricos, para piorar o que já é péssimo, num período de austeridade sem paralelo para a maioria dos 99% remanescentes.” No mesmo sentido, Joseph Stiglitz¹³ resume bem as propostas de austeridade seletiva:

O 1% controlaram e distorcem o debate orçamental, usando a compreensível apreensão relativamente ao excesso de despesa para dar cobertura a um programa com objetivo de emagrecer o Estado, uma ação que enfraqueceria a economia no presente, baixaria o crescimento no futuro, e, mais importante para teste deste livro, aumentaria a desigualdade. Até usaram a ocasião da batalha orçamental para defender uma progressividade reduzida no nosso sistema fiscal e um corte nos já limitados programas de proteção social do país.

A austeridade é, portanto, uma noção perigosa porque ignora as externalidades negativas que gera, o impacto das escolhas de uma pessoa sobre as escolhas de outra pessoa, especialmente para as sociedades com distribuição de renda altamente desigual.

Na verdade, as crises econômicas e fiscais são ocasionadas pelas decisões daqueles que estão no topo, e, como demonstra a crise econômica de 2008, criam um passivo enorme a exigir o

¹⁰ KRUGMAN, Paul. *Um basta à Depressão Econômica – Propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial*, p. 125.

¹¹ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 24.

¹² BAUMAN. Zygmunt. *A Riqueza de Poucos Beneficia Todos Nós?* Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 48.

¹³ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 322.

socorro estatal, que será suportado pelos que estão na parte inferior da distribuição de renda. Em suma, quando os pobres são convocados para pagar desproporcionalmente por um problema criado pelos ricos, e quando estes ativamente evitam qualquer responsabilidade por esse problema, culpando o Estado por seus erros, exigindo que a parte inferior aperte ainda mais o cinto, e a culpando quando esta não é capaz de gerar as receitas necessárias para solucionar todos os problemas criados.¹⁴ Exemplo recente disso é o esforço dos governos dos EUA e do Reino Unido, que mobilizaram um pacote de resgate sem precedentes para os bancos na crise de 2008. Com isso a dívida pública aumentou e austeridade foi a solução encontrada para a redução da dívida.¹⁵ Nesse contexto, Joseph Stiglitz¹⁶ esclarece que a recessão provocada pela austeridade é responsável pelo déficit, e não o oposto. Daí aumentar a austeridade somente agrava a crise e a esperada melhoria da situação fiscal nunca virá.

Como a história mais recente dos países desenvolvidos e periféricos já demonstrou e os exemplos da América Latina nos anos de 1990 e da zona do euro no período pós-2008, bastante emblemáticos, já confirmaram, a austeridade não funciona, sendo o fetichismo com que seus defensores tratam o tema do déficit fiscal absolutamente injustificável à luz dos princípios econômicos.¹⁷ Como diz Mark Blyth, as expectativas que conduzem à *fada de confiança* são realmente um conto de fadas, a partir de uma visão esquizofrênica sobre o papel do Estado na economia.¹⁸ Na verdade, o fracasso da austeridade é, em grande parte, decorrente da inexistência de uma lógica sólida ou factual que a embasa, uma vez que se trata de uma ideologia econômica fundada na convicção de que o governo limitado e o mercado livre são sempre preferíveis à intervenção estatal, a partir de um mito socialmente construído. Como argumentam David Stuckler e Sanjay Basu¹⁹, é “*uma crença conveniente entre políticos e instrumentalizados por aqueles que retiram benefícios pessoais da limitação do papel do Estado e auferem lucros com a privatização do sistema de serviços sociais*”, que “*causa grandes males — punindo os mais vulneráveis e não os responsáveis pela atual recessão.*”

Os poucos casos positivos que podemos encontrar são facilmente explicados pela desvalorização da moeda e pactos acomodatórios com os sindicatos. Em vez disso, na maior parte dos casos, traz a política de enfrentamento de classes, tumultos e instabilidade política.²⁰ Para David Stuckler e Sanjay Basu²¹, “*se as experiências da austeridade fossem sujeitas aos mesmos padrões*

¹⁴ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 24.

¹⁵ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*. Trad. Rui Pires Cabral. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2014, p. 31.

¹⁶ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 294.

¹⁷ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 301.

¹⁸ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 31-33.

¹⁹ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 202-203.

²⁰ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 31-33.

²¹ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 202-203.

de segurança que os ensaios clínicos, há muito teriam sido proibidas por um conselho médico.” Seus efeitos secundários têm-se revelado graves e muitas vezes fatais, e os seus supostos benefícios ainda não se materializaram.

No entanto, os defensores da austeridade parecem não levar em conta essas evidências e, como diz Stiglitz²², tal como os médicos da Idade Média – que acreditavam na sangria como meio de cura e, diante da ausência de melhora do paciente, recomendavam mais sangria – os defensores da sangria do século XXI recomendam mais austeridade sem qualquer hesitação, utilizando uma miríade de desculpas para justificar os motivos pelos quais a primeira dose não funcionou como era previsto.

De acordo com James K. Galbraith²³, se o problema é a falta de demanda agregada eficaz, a cura passa por mais gastos pelo governo, mais negócios, mais abertura para o exterior e aumento do poder de compra das famílias, o que afasta o argumento dos falcões atrelados à histeria da dívida e dos déficits, e ainda presos ao mundo do padrão-ouro e limitados às restrições da contabilidade e as demonstrações financeiras.

O caráter seletivo da austeridade se manifesta pela adoção de medidas que se destinam a cortar despesas e deduções que beneficiam os mais pobres e a classe média, como pensões, benefícios de seguridade social, salários e serviços públicos sem atingir qualquer gasto ou favor dirigido ao topo, como os benefícios fiscais e o tratamento tributário privilegiado para os mais ricos.²⁴ Ou nas palavras de Stiglitz²⁵:

O mito da economia da oferta defende que tributar os ricos reduz o emprego e as poupanças e que todos – não só os ricos – são lesados. Qualquer indústria tem a sua própria versão deste mito: cortar na despesa militar custará postos de trabalho. As indústrias que contribuem para a poluição do ar e da água, ou que criam resíduos tóxicos, argumentam que forçar os poluidores a pagar os custos que impõem sobre os outros custará postos de trabalho.

Na verdade, os defensores da austeridade têm ignorado as diversas demonstrações quando às consequências humanas e econômicas das suas recomendações.²⁶ É que para a maioria das pessoas, os salários são a mais importante fonte de rendimento. Assim, as políticas monetárias e macroeconômicas que provocam desemprego e redução de salários são uma grande fonte de desigualdade social. Como descreve Stiglitz²⁷, em relação aos EUA, em lição que serve para outros

²² STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 317

²³ GALBRAITH, James K. *The End of Normal – The Great Crisis and the Future of Growth*. New York: Simon & Shuster, 2014, p. 216.

²⁴ SCHUI, Florian. *Austeridade – Breve História de Um Grande Erro*. Trad. António Sousa Ribeiro. Lisboa: Editorial Presença, 2014, p. 166.

²⁵ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 309.

²⁶ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 202-203.

²⁷ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 352.

cenários, no último quarto de século, as políticas monetárias e macroeconômicas ditas "*corretas*" pelo mercado não lograram êxito em produzir estabilidade e crescimento sustentável que beneficiasse a vida da maioria dos cidadãos.

Em vez de medidas de austeridade, deveríamos aplicar políticas comprovadamente capazes de proteger a saúde das populações em tempos difíceis. A proteção social é capaz de salvar vidas, uma vez que, quando administrada corretamente, não desequilibra orçamento, mas, ao contrário, impulsiona crescimento econômico e melhora a saúde pública.²⁸

É claro que as políticas de austeridade seletiva acabam por produzir uma sociedade ainda mais polarizada e politizada em que são minadas as condições para uma estratégia sustentável de lidar com mais dívidas e menos crescimento, a partir da ascensão política do populismo, do nacionalismo e do fundamentalismo religioso, o que acaba por produzir resultados que não agradam nem os que estão no topo. Nesse cenário de desigualdade e austeridade seletiva, aqueles que começam na parte inferior da distribuição de renda vão permanecer no mesmo lugar e sem a possibilidade de progressão, encontrando na violência o único movimento possível para a melhoria da sua condição.²⁹

Porém, as respostas que os Estados nacionais em crise dão a esse quadro de dificuldades são baseadas em políticas de austeridade impostas pelo mercado, parecendo não querer ou não poder enfrentar o custo político da decisão de alteração dessa postura. A consequência desse descaso com os anseios da população é o surgimento de movimentos populares como o *Ocuppy Wall Street*, em 2011, e de partidos políticos que questionam a austeridade da *Troika*, como na Grécia, o *Syriza*, que, ao chegar ao poder tentou, sem grande sucesso, deflagrar uma política antiausteridade, que acabou esmagada pela lógica de mercado imposta pela *Europa alemã*, já denunciada em 2012 por Ulrich Beck, capaz de destroçar todos os governos nacionais diante a impopularidade das suas medidas contra a crise europeia.³⁰ Melhores resultados foram obtidos por Portugal³¹, e a sua coligação de

²⁸ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 202-203.

²⁹ BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*, p. 24.

³⁰ BECK, Ulrich. *A Europa Alemã – A Crise e as Novas Perspectivas de Poder*. Trad. Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

³¹ BBC Brasil. *Por que Portugal é elogiado ao mesmo tempo pela esquerda e pelo FMI por sua recuperação econômica*, reportagem publicada em 25/07/2017, in: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40714343>. Acesso em 15/10/2017.

esquerda, apelidada de *Geringonça*³², e pela Islândia³³, que foram dos países do bloco europeu mais gravemente atingidos pela crise de 2008 e que, abandonando as políticas de austeridade recomendadas pela União Europeia, mais cedo superaram a crise e que têm apresentado as melhores taxas de crescimento econômico. Aliado a isso, e em consequência do efeito dominó antiausteridade, o crescimento do *Podemos* na Espanha já ameaça promover uma verdadeira primavera europeia contra o domínio da lógica dos rentistas sobre a política. O lado negativo da reação às políticas de austeridade impostas pela União Europeia é o crescimento do nacionalismo xenófobo, presente em diversos países, cujo principal êxito até agora foi a vitória do *Brexit* no referendo pela saída do Reino Unido do bloco³⁴, que já ressona nos movimentos de extrema-direita em todo o continente.³⁵ Nas Américas, por outro lado, o mal-estar da desigualdade produzido pelas políticas de austeridade, tem, paradoxalmente, pavimentado o caminho para a ascensão do populismo de extrema-direita, com Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, inimigos do Estado Social e das políticas distributivas, na defesa de um modelo ultraliberal.

De qualquer forma, o potencial transformador dos movimentos populares de contestação às políticas de austeridade seletiva foi percebido por Joseph Stiglitz e Mary Kaldor³⁶:

Vivemos tempos excepcionais. O mundo enfrenta atualmente uma série de acontecimentos cataclísmicos – a crise financeira de 2008, a atual crise do euro, o acidente nuclear de Fukushima, as revoluções no Médio Oriente. Tempos excepcionais são tempos que nos permitem ver novos padrões e tendências e nos abrem a novas formas de entendimento do mundo. São momentos em que os grupos marginalizados são capazes de introduzir as suas ideias na opinião pública. Um grupo significativo de cidadãos nos Estados Unidos e em outros países tem-se tornado cosmopolita – vendo o mundo através de uma lente de justiça social global. Os ativistas envolvidos no despertar árabe e no movimento Occupy na Europa e nas Américas estão a alargar esta lente a um cada vez maior número de pessoas. Estão a desafiar ortodoxias vigentes e a desenvolver o espírito crítico face à forma como as elites políticas nacionais são mais sensíveis aos interesses globais de empresas e bancos do que aos do seu próprio eleitorado. Ainda que estes movimentos não tenham (por uma série de razões) trazido alterações políticas desejadas por muitos, parece evidente que a atual onda de mobilização popular está a sensibilizar grande parte da população. Esta é uma

³² Diante da impossibilidade da coligação de centro-direita integrada pelo Partido Social Democrata e CDS – Partido Popular, vencedora relativa das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, formar um governo de maioria, a fim de manter-se no poder, o socialdemocrata Partido Socialista (PS), segundo mais votado, obteve maioria com outros três partidos mais à esquerda: o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), formando o governo que os adversários apelidaram pejorativamente de *geringonça*, a partir da declaração do líder centrista Paulo Portas, que referiu-se à aliança do PS com esquerdistas, comunistas e verdes da seguinte forma: "*isto não é bem um governo, é uma geringonça*".

³³ EL PAÍS BRASIL. *Islândia atribui sua recuperação à recusa em aplicar a austeridade*. Reportagem publicada em 19/02/2015: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/18/economia/1424281414_946592.html. Acesso em 01/11/2016. STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 97-121.

³⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. *Brexit prejudica equilíbrio da UE e fortalece extrema-direita*. Reportagem publicada em 24/06/2016, in: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1785270-brexit-prejudica-equilibrio-da-ue-e-fortalece-extrema-direita.shtml>. Acesso em 15/10/2017.

³⁵ OBSERVADOR. *Brexit. "Agora é a nossa vez", clama a extrema-direita europeia*. Reportagem publicada em 24/06/16, in: <http://observador.pt/2016/06/24/brexit-agora-e-a-nossa-vez-clama-a-extrema-direita-europeia/>. Acesso em 15/10/2017.

³⁶ STIGLITZ, Joseph E.; KALDOR, Mary. *Em Busca de Segurança - Proteção Sem Protecionismo e o Desafio da Governança Global*. Trad. Sara M. Felício. Lisboa: Bertrand, 2015, p. 33.

nova geração global que tem por garantida a interconectividade e a comunicação à volta do mundo. Representa um possível ponto de partida para um novo debate à escala global.

O discurso de defesa da austeridade sempre a apresenta como a melhor solução para todos, escondendo que não existe uma política que seja boa para todos, já que estas têm efeitos distributivos entre os vários agentes económicos e sociais. Deste modo, como exemplifica Stiglitz³⁷, existem soluções que alteram as relações entre credores e devedores, entre jovens e idosos, entre o setor financeiro e os demais segmentos empresariais. Por outro lado, existem políticas alternativas hábeis a conduzir a um melhor desempenho económico global, notadamente no que se refere ao bem-estar dos cidadãos. A defesa de tais medidas adota a retórica de que os sacrifícios de curto prazo conduzirão à benefícios económicos no longo prazo. No entanto, a promessa é sempre contraditada pelas recessões passadas e presentes.³⁸

Quanto mais dividida em termos de distribuição de riquezas uma sociedade é, mais relutantes os ricos ficam em financiar as necessidades básicas da população, uma vez que estes não dependem do Estado para ter acesso ao lazer, à segurança, à educação e à saúde, já que podem comprar esses itens. Deste modo, ficam mais distantes do cidadão comum. Do mesmo modo, os mais ricos resistem à ideia de um Estado forte, que seja capaz de ajustar os desequilíbrios sociais e económicos por meio de uma maior contribuição de sua parte em investimentos públicos para o bem comum ou que ajudem as classes mais baixas. Como escreve Stiglitz³⁹ em relação aos EUA, em verdade que é quase universal, embora os mais ricos se possam queixar do tipo de Estado que temos, na verdade *“muitos gostam dele como é: demasiado paralisado para redistribuir, demasiado dividido para fazer alguma coisa que não seja reduzir impostos.”*

Como se viu, as medidas de austeridade quase sempre são adotadas com o objetivo de implementar a agenda neoliberal de desregulamentação, corte de direitos sociais e redução do tamanho do Estado. Contudo, tais medidas não costumam ser confessadas pelos seus arautos durante os debates eleitorais. Por isso, quase sempre são implementadas em oportunidades apresentadas por situações calamitosas, quando as pessoas, com seus hábitos arraigados e demandas insistentes são tiradas do caminho, a partir de uma grande ruptura causada por desastres naturais, guerras, ataques terroristas, colapsos económicos. É a chamada *doutrina do choque*.⁴⁰

Porém, a austeridade é uma escolha, que não precisamos adotar. Os islandeses disseram não a ela em plebiscito realizado em 2011, na contramão de toda a austeridade europeia⁴¹ e vem

³⁷ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 352.

³⁸ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 204.

³⁹ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 163.

⁴⁰ KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque – A Ascensão do Capitalismo do Desastre*. Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 30-31.

⁴¹ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 204-205.

conhecendo taxas de crescimento maiores que a média europeia, superando os gravíssimos efeitos da crise de 2008 em sua economia.⁴² O mesmo caminho vem sendo travado, com êxito, pela *Geringonça* portuguesa⁴³.

Por sua vez, Pierre Salama⁴⁴ propõe que haja elevação dos gastos sociais em dois pontos percentuais do PIB, toda vez que este se reduzir em 1%, favorecendo uma política anticíclica do tipo *por-poor*, em um sentido diametralmente oposto às de austeridade seletiva. Também propõe o autor, a indexação dos gastos sociais ao serviço da dívida. Assim, toda vez que os montantes pagos à título de juros aumentassem, no mesmo patamar seriam elevadas as despesas com saúde, educação, assistência etc. Tal vinculação permitiria limitar as despesas com juros, tornando mais difícil e mais cara a arbitragem a favor dos investimentos financeiros em detrimento dos investimentos sociais.

É muito comum que se diga que não é possível manter os investimentos em programas sociais de saúde, assistência, previdência, habitação e alimentação popular quando o país mantém grande dívida pública. Porém, como advertem as pesquisas dos professores David Stuckler e Sanjay Basu⁴⁵, as despesas de estímulo com determinados programas de saúde pública, e isso vale para os demais investimentos sociais, contribuem para redução da dívida por estimularem o crescimento da economia. Segundo eles, para cada dólar investido nesse tipo de programa, é produzido um rendimento de três dólares em crescimento econômico, os quais podem ser utilizados para pagar a dívida. Em sentido contrário, os países que optam por profundos cortes orçamentários de curto prazo acabam por sofrer um declínio econômico no médio e governo reduz drasticamente a procura em um momento em que esta é já reduzida, pois as pessoas tendem a gastar menos, as empresas sofrem e o desemprego se agrava, num ciclo vicioso que paralisa a roda da economia, com a demanda cada vez mais reduzida e o desemprego cada vez mais elevado. Assim, a austeridade produz efeitos contrários ao supostamente pretendido, uma vez que longe de aliviar a dívida, a exacerba, na medida em que provoca a recessão econômica, já que, no longo prazo, a dívida aumenta quando não se estimula o crescimento econômico.

Por isso, não só a austeridade não é o caminho para o desenvolvimento econômico, como o aumento de despesas públicas pode se traduzir na saída para a crise de demanda, como outrora se verificou no *New Deal* e na reconstrução europeia após a Segunda Guerra Mundial. Tais iniciativas são baseadas no princípio do multiplicador do orçamento equilibrado, que consiste no

⁴² EL PAÍS BRASIL. *Islândia atribui sua recuperação à recusa em aplicar a austeridade*. Reportagem publicada em 19/02/2015: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/18/economia/1424281414_946592.html. Acesso em 01/11/2016.

⁴³ THE GUARDIAN. *No alternative to austerity? That lie has now been nailed.*, Artigo de Owen Jones publicado em 24/08/2017: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/24/austerity-lie-deep-cuts-economy-portugal-socialist>. Acesso em 16/03/2018.

⁴⁴ SALAMA, Pierre. *O Desafio das Desigualdades – América Latina/Ásia: Uma Comparação Econômica*. Trad. Wilson F. Menezes. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 246.

⁴⁵ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 15-16.

seguinte: se o Estado aumenta os tributos e a despesa ao mesmo tempo para que o déficit atual permaneça inalterado, a economia é estimulada, ainda que a elevação da carga tributária isoladamente considerada tenha o efeito de amortecê-la, a efetivação de despesas a estimula. De acordo com Joseph Stiglitz⁴⁶, se há uma escolha criteriosa sobre as receitas e despesas que serão elevadas, o incremento do PIB pode ser de duas a três vezes o aumento dos gastos, e ainda que o déficit não seja alterado de imediato, a dívida nacional é reduzida a médio prazo em razão das maiores receitas decorrentes do crescimento econômico.

Tragédias individuais não decorrem da recessão econômica, mas são consequências de escolhas políticas favoráveis aos interesses dos bancos em detrimento da fragilização das redes de segurança social da população. Determinadas decisões podem evitar que a recessão se transforme em epidemias sociais com a introdução de mortíferas restrições às políticas sociais. Como dizem David Stuckler e Basu Sanjay⁴⁷, as recessões ferem, mas a austeridade mata, sendo o seu preço calculado em vidas humanas, que, uma vez perdidas, não regressam quando a bolsa voltar a estar em alta.

Sintetizando, como bem fez Florian Schui, a austeridade é simplesmente um grande fracasso.⁴⁸

No Brasil, a política de austeridade seletiva, que já vinha sendo aplicada com moderação desde o início do segundo Governo de Dilma Rousseff, a partir do ajuste fiscal conduzido pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy, ganhou contornos bem mais radicais com a ascensão ao governo do vice-presidente Michel Temer em razão do impeachment da Presidente Dilma.

Como medida destinada a combater o déficit fiscal, o governo Michel Temer mobilizou a sua maioria no Congresso Nacional pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, instituindo o Novo Regime Fiscal Constitucional, determinando o congelamento das receitas primárias da União por 20 anos.⁴⁹ De acordo com o texto aprovado, as despesas realizadas em 2016, atualizadas monetariamente pelo IPCA, constituirão teto para as despesas em 2017. E assim sucessivamente pelos próximos 20 anos. Ao limitar a proposta apenas às receitas primárias, deixando de fora o pagamento da dívida pública, o governo Temer reserva para os credores do Estado todo o crescimento econômico que o Brasil vier a conhecer nos próximos 20 anos, constitucionalizando, a partir da proposta de um governo não eleito e por meio da legislatura mais comprometida com os interesses dos seus financiadores – fenômeno que não deve se repetir na mesma

⁴⁶ STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*, p. 302.

⁴⁷ STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*, p. 25-26.

⁴⁸ SCHUI, Florian. *Austeridade – Breve História de Um Grande Erro*, p. 166.

⁴⁹ Sobre a EC nº 95/16, vide: RIBEIRO, Ricardo Lodi. “PEC 241: austeridade seletiva ou rent-seeking?” *Revista Colunistas – Direito do Estado*. ANO 2016 NUM 277, in: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/Ricardo-Lodi-Ribeiro/pec-241-austeridade-seletiva-ou-rent-seeking>. Acesso: 15/10/2017.

proporção nas próximas composições do Parlamento, a se confirmar a esperada redução do financiamento empresarial –, uma decisão que deveria ficar a cargo do legislador orçamentário a partir das prioridades definidas pela sociedade, ano a ano.

Ou seja, o governo não eleito pelo povo e o Congresso que o colocou no poder estabeleceram as prioridades para todos os próximos governos escolhidos pelos eleitores: apesar do aumento da população, das demandas sociais, do incremento das necessidades de atendimento das políticas públicas, não será possível elevar despesas acima da inflação. Todo o crescimento real da arrecadação verificado será canalizado para uma única finalidade: o pagamento de dívida pública. Se já não bastassem consumir atualmente cerca de 40% do orçamento federal, os rentistas nacionais serão brindados por todo o crescimento da arrecadação pelos próximos 20 anos. Tal solução trágica não tem precedentes na história das finanças públicas, seja no Brasil, seja no exterior, e dificilmente poderá ser mantida por um governo eleito pelo povo, muito embora as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, tenham apontado no sentido da manutenção da política de austeridade seletiva do Governo Temer.

É evidente que tal iniciativa causa prejuízos gravíssimos às opções fundamentais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, decretando ferida de morte ao Estado Social em nosso país, e o abandono dos objetivos fundamentais da República de constituir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicação da pobreza e da marginalização, de redução das desigualdades sociais e regionais e da promoção do bem de todos (art. 3º, I, III e IV, CF), a partir da impossibilidade de dar atendimento, nos já insuficientes patamares atuais, às despesas de saúde e educação, eleitas pelo constituinte originário como direito de todos e dever do Estado (art. 196, e 205, CF), e por isso merecedoras de percentual mínimo no orçamento definido na Constituição (art. 198, §1º e 212, CF), que estão sendo flexibilizados pela EC nº 95/16, bem como de previdência e de assistência social, a que a todos a Constituição dirigiu de forma irredutível (art. 194, parágrafo único, II e IV, CF).

O quadro é bem mais grave do que as palavras e os editoriais podem revelar. De acordo com os dados divulgados em estudo de Flavio Tonelli Vaz⁵⁰, se a emenda estivesse em vigor desde 2005, hoje as receitas de educação seriam um quarto do orçamento efetivamente realizado no ano passado. Na seguridade social, o mesmo raciocínio levaria a uma redução de 40%. Como se vê, teremos uma drástica redução das prestações de saúde e educação no Brasil. Se hoje já estamos muito longe dos objetivos constitucionais, o retrocesso das referidas prestações sociais será incomensurável, comprometendo a vida, o desenvolvimento e a felicidade de toda uma geração. É como jogar fora o nosso futuro.

A justificativa apresentada pelo governo erigido pelo Congresso Nacional para tais

⁵⁰ VAZ, Flavio Tonelli. *O Golpe é Também nos Direitos Sociais – Excluindo o Povo do Orçamento*. Disponível em <http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=2144>. Acesso em 21/10/2016.

medidas de austeridade é a salvação das finanças públicas no Brasil, proporcionando um ambiente de maior confiabilidade para os investidores, a fim de promover o crescimento econômico e o emprego. Segundo o lema governamental, é preciso sair do vermelho! Na mesma toada, o presidente Bolsonaro afirma que o Brasil tem direitos demais.

Porém, como adverte o ex-ministro da Fazenda no governo Sarney, e da Administração e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira⁵¹, não há uma crise fiscal estrutural que autorize medidas que comprometem as opções do Estado brasileiro por tanto tempo. Afinal, a emenda constitucional, longe de procurar sanar dificuldades conjunturais, sempre a cargo do legislador orçamentário, amarra as decisões de legisladores e governantes futuros. Assim, não condiciona o teto de gastos primário ao desempenho da arrecadação ou da economia brasileira, em um contexto normativo em que, é claro, tais medidas não impedem, pelo menos diretamente, que a economia brasileira se recupere e volte a crescer. O que a proposta faz é, a partir do pretexto da austeridade oferecido pela crise fiscal, promover uma aceleração do processo de transferência de renda do conjunto da sociedade brasileira para o setor financeiro, que passaria a ser o destinatário, quase que exclusivo, de todas as receitas decorrentes do aumento de arrecadação, seja ele advindo da elevação da carga tributária ou da melhoria das condições macroeconômicas nacionais.

É bem verdade que essa transferência de renda da sociedade para o setor financeiro está há muito em andamento, a partir da adoção da política de juros altíssimos, que não possui paralelo no mundo civilizado e nem se justifica pela inexistência de demanda aquecida. A transferência de renda da base para o topo ainda é mais grave quando se sabe que a manutenção dos juros altos é acompanhada pela adoção de uma matriz tributária que beneficia rentistas e proprietários em detrimento de consumidores e trabalhadores, o que também não encontra similar nos países do G-20, e por uma política de incentivos fiscais e financeiros a setores econômicos que não apresentam qualquer contrapartida especial para a sociedade.

Nesse contexto, a austeridade proposta é seletiva uma vez que, além de não oferecer qualquer revisão para os maiores ralos do dinheiro público no Brasil, ainda reserva todos os excepcionais benefícios do crescimento econômico ao setor financeiro, já que a integralidade dos frutos do incremento econômico terá como destinatários os credores do Estado. É o processo de financeirização da economia que, como os precedentes históricos já demonstraram, tendo o exemplo britânico como melhor paradigma, além de concentrar significativamente a renda, compromete o desempenho da atividade industrial.

Não é difícil perceber que a austeridade seletiva da EC 95/16 não tem como objetivo o

⁵¹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. PEC 241, carga tributária e luta de classes inversa. Disponível em <http://www.ocafezinho.com/2016/10/10/bresser-pereira-pec-241-e-o-desmonte-do-estado-social-brasileiro/>. Acesso em 21/10/2016.

combate à crise fiscal conjuntural, mas a consagração de um projeto de transferência de renda para o topo, que não se esgota com a aprovação da emenda, passando também pelas reformas da previdência e trabalhista que pretendem promover medidas que acabarão por retirar riqueza das camadas mais desfavorecidas da nossa população, destruindo a previdência social e os direitos dos trabalhadores.⁵²

Com efeito, o absentéismo estatal advindo da EC nº 95/16 levará a uma rápida reversão do quadro de redução da desigualdade dos últimos anos, agravando o triste cenário de miséria que sempre assolou nosso país.

Como se vê, a austeridade, tal como é preconizada aqui e alhures, ainda que sob a roupagem inodora da responsabilidade fiscal, tem ideologia e compromisso com a transferência de renda da base para o topo da pirâmide social. Por isso, a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/16, que deu origem à EC nº 95/16, era chamada de PEC da desigualdade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *A Riqueza de Poucos Beneficia Todos Nós?* Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BBC Brasil. *Por que Portugal é elogiado ao mesmo tempo pela esquerda e pelo FMI por sua recuperação econômica*, reportagem publicada em 25/07/2017, in: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40714343>. Acesso em 15/10/2017.

BECK, Ulrich. *A Europa Alemã – A Crise e as Novas Perspectivas de Poder*. Trad. Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

BLYTH, Mark. *Austerity – the history of a dangerous idea*. New York: Oxford University Press, 2013.

COCHRANE, John. “Fiscal Stimulus, Fiscal Inflation, or Fiscal Fallacies?” Version 2.5, 2009, in: <http://faculty.chicagobooth.edu/john.cochrane/research/Papers/fiscal2.htm>. Acesso em 01/11/2016.

EL PAÍS BRASIL. *Islândia atribui sua recuperação à recusa em aplicar a austeridade*. Reportagem publicada em 19/02/2015: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/18/economia/1424281414_946592.html. Acesso em 01/11/2016.

52 Sobre os efeitos deletérios relacionados à desigualdade social das reformas previdenciárias e trabalhista do governo Temer, vide: RIBEIRO, Ricardo Lodi. “As Reformas Previdenciária e Trabalhista e a Doutrina do Choque”. *Revista Colunistas – Direito do Estado*. ANO 2017 NUM 354. In: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/Ricardo-Lodi-Ribeiro/as-reformas-previdenciaria-e-trabalhista-e-a-doutrina-do-choque>. Acesso em 15/10/2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brexit prejudica equilíbrio da UE e fortalece extrema-direita. Reportagem publicada em 24/06/2016, in: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1785270-brexit-prejudica-equilibrio-da-ue-e-fortalece-extrema-direita.shtml>. Acesso em 15/10/2017.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GALBRAITH, James K. *The End of Normal – The Great Crisis and the Future of Growth*. New York: Simon & Shuster, 2014.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque – A Ascensão do Capitalismo do Desastre*. Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRUGMAN, Paul. *Um basta à Depressão Econômica – Propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. PEC 241, carga tributária e luta de classes inversa. Disponível em <http://www.ocafezinho.com/2016/10/10/bresser-pereira-pec-241-e-o-desmonte-do-estado-social-brasileiro/>. Acesso em 21/10/2016.

OBSERVADOR. *Brexit. “Agora é a nossa vez”, clama a extrema-direita europeia*. Reportagem publicada em 24/06/16, in: <http://observador.pt/2016/06/24/brexit-agora-e-a-nossa-vez-clama-a-extrema-direita-europeia/>. Acesso em 15/10/2017.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. “PEC 241: austeridade seletiva ou rent-seeking?” *Revista Colunistas – Direito do Estado*. ANO 2016 NUM 277, in: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/Ricardo-Lodi-Ribeiro/pec-241-austeridade-seletiva-ou-rent-seeking>. Acesso: 15/10/2017.

SALAMA, Pierre. *O Desafio das Desigualdades – América Latina/Ásia: Uma Comparação Econômica*. Trad. Wilson F. Menezes. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SCHUI, Florian. *Austeridade – Breve História de Um Grande Erro*. Trad. António Sousa Ribeiro. Lisboa: Editorial Presença, 2014.

STIGLITZ, Joseph, *O Preço da Desigualdade*. Trad. Dinis Pires. Lisboa: Bertrand, 2014.

STIGLITZ, Joseph E.; KALDOR, Mary. *Em Busca de Segurança - Proteção Sem Protecionismo e o Desafio da Governança Global*. Trad. Sara M. Felício. Lisboa: Bertrand, 2015.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. *A Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*. Trad. Rui Pires Cabral. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2014.

THE GUARDIAN. *No alternative to austerity? That lie has now been nailed.*, Artigo de Owen Jones publicado em 24/08/2017: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/24/austerity-lie-deep-cuts-economy-portugal-socialist>. Acesso em 16/03/2018.

VAZ, Flavio Tonelli. *O Golpe é Também nos Direitos Sociais – Excluindo o Povo do Orçamento*. Disponível em <http://diplomatique.org.br/artigo.php?id=2144>. Acesso em 21/10/2016.